

A TEORIA STAPLE E A DESIGUALDADE REGIONAL NA REGIÃO DO CONTESTADO CATARINENSE: INSERÇÃO EXTERNA E PRODUÇÃO PRIMÁRIA¹

STAPLE THEORY AND REGIONAL INEQUALITY IN THE CONTESTADO REGION OF SANTA CATARINA: EXTERNAL INTEGRATION AND PRIMARY PRODUCTION

LA TEORÍA STAPLE Y LA DESIGUALDAD REGIONAL EN LA REGIÓN DEL CONTESTADO CATARINENSE: INSERCIÓN EXTERNA Y PRODUCCIÓN PRIMARIA

Jorge Amaro Bastos Alves²

RESUMO

Este artigo analisa o crescimento e o desenvolvimento econômico da região do Contestado, em Santa Catarina, a partir da dinâmica das exportações e da inserção inter-regional e internacional. Fundamenta-se na Teoria Staple, formulada no contexto canadense, a qual propõe que o desenvolvimento de regiões periféricas pode ser impulsionado pela exportação de produtos básicos, desde que gerem encadeamentos produtivos e transformações estruturais. A metodologia baseia-se em revisão bibliográfica e análise de dados secundários sobre a economia regional. Verificou-se que a exploração de recursos naturais, como madeira e proteínas animais, permanece como base econômica da região. No entanto, persistem desigualdades territoriais, revelando limites da dependência de commodities para o desenvolvimento sustentável. Os dados mostram que, em 2018, 37% da carne processada produzida em Santa Catarina foi destinada ao mercado internacional, enquanto 30% foi consumida por outros estados brasileiros; no setor de papel, madeira e móveis, 39% da demanda também veio de fora do estado. Conclui-se que o comércio inter-regional exerce papel tão relevante quanto o internacional na configuração econômica do Contestado.

Palavras-chave: desenvolvimento econômico; cadeias produtivas; comércio inter-regional; modelo exportador primário; integração territorial.

ABSTRACT

This article aims to present theoretical conceptions that explain the economic growth and development of the Contestado region, located in the state of Santa Catarina, based on the dynamics of interregional and international exports. The study is grounded in a literature review on development theories and regional characteristics, as well as the use of secondary data to assess regional economic performance. The analysis is guided by the Staple Theory, formulated in the Canadian context, which proposes a model of economic growth led by the export of primary goods. This theory seeks to understand how regional endowments of natural resources

¹Uma versão preliminar deste artigo foi apresentada no XI Seminário Internacional sobre Desenvolvimento Regional, realizado na Universidade de Santa Cruz do Sul (UNISC), em 2023.

²Doutor em Ciência e Tecnologia Ambiental (UNIVALI). Universidade do Contestado (UNC). Canoinhas. Santa Catarina. Brasil. E-mail: jb.alves@protonmail.com. ORCID: <https://0000-0003-0897-5569>.

generate external demand, influence export dependency, and trigger production linkages and technological changes. In the Contestado region, timber exploitation and animal protein production remain key economic pillars. However, challenges related to the unequal distribution of wealth and political power persist. It is concluded that interregional trade holds equivalent weight to international exports in the local economic dynamics: in 2018, 37% of Santa Catarina's processed meat demand was destined for international markets, and 30% for other Brazilian states. In the wood, furniture, and paper sector, 39% of the demand came from other regions of Brazil.

Keywords: economic development; production chains; interregional trade; primary export model; territorial integration.

RESUMEN

Este artículo tiene como objetivo presentar concepciones teóricas que explican el crecimiento y el desarrollo económico de la región del Contestado, ubicada en el estado de Santa Catarina, a partir de la dinámica de las exportaciones interregionales e internacionales. El estudio se basa en una revisión bibliográfica sobre teorías del desarrollo y características regionales, además del uso de datos secundarios para evaluar el desempeño económico regional. El análisis se guía por la Teoría Staple, formulada en el contexto canadiense, la cual propone un modelo de crecimiento económico liderado por la exportación de productos primarios. Esta teoría busca comprender cómo las dotaciones regionales de recursos naturales generan demanda externa, influyen en la dependencia exportadora y desencadenan encadenamientos productivos y cambios tecnológicos. En la región del Contestado, la explotación maderera y la producción de proteínas animales siguen siendo pilares económicos fundamentales. Sin embargo, persisten desafíos relacionados con la distribución desigual de la riqueza y del poder político. Se concluye que el comercio interregional tiene un peso equivalente al de las exportaciones internacionales en la dinámica económica local: en 2018, el 37% de la demanda de carne procesada de Santa Catarina se destinó a mercados internacionales, y otro 30% a otros estados brasileños. En el sector de la madera, muebles y papel, el 39% de la demanda provino de otras regiones de Brasil.

Palavras chave: desenvolvimento econômico; cadeias produtivas; comércio inter-regional; modelo exportador primário; integração territorial.

Como citar este artigo: ALVES, Jorge Amaro Bastos. A teoria Staple e a desigualdade regional na Região do Contestado Catarinense: inserção externa e produção primária. **DRd – Desenvolvimento Regional em debate**, v. 15, p. 846-866, 25 jul. 2025. Doi: <https://doi.org/10.24302/drd.v15.6018>.

Artigo recebido em: 18/07/2025

Artigo aprovado em: 19/07/2025

Artigo publicado em: 25/07/2025

1 INTRODUÇÃO

A promoção do desenvolvimento econômico regional que repercuta positivamente também nas condições sociais está intrinsecamente ligada a processos sociopolíticos específicos. Nesse sentido, o tema tem ganhado relevância crescente na literatura contemporânea. Conforme observa Rolim (1998, p. 2), “se o quadro mundial é mutável, mais que nunca é preciso conhecer os elementos decisivos para a explicação das ‘regiões que ganham’ assim como das ‘regiões que perdem’”.

Este estudo tem por objetivo destacar concepções teóricas relacionadas ao desenvolvimento da região catarinense conhecida como Contestado, que abrange o Planalto Norte e o Centro-Oeste do estado de Santa Catarina, com base na dinâmica das exportações inter-regionais e internacionais. A análise ancora-se na Teoria Staple canadense, também chamada de teoria dos recursos básicos, que compreende esses recursos como a base do desenvolvimento econômico.

A análise do crescimento e desenvolvimento econômico regional requer uma metodologia abrangente. Para tanto, recorreu-se à pesquisa bibliográfica sobre teorias do desenvolvimento e sobre a realidade regional, além da utilização de dados secundários, especialmente indicadores econômicos, com vistas à avaliação do desempenho da região.

A Teoria Staple enfatiza o papel dos produtos básicos como motores do desenvolvimento regional. O grau de dependência da exportação desses produtos impacta diretamente as atividades econômicas, sociais e políticas de um território.

A hipótese central deste artigo é a de que a Teoria Staple fornece uma base analítica plausível para compreender a trajetória de desenvolvimento da região do Contestado. Ressalta-se, contudo, que não se pretende limitar a análise exclusivamente a essa teoria, dado que o desenvolvimento regional é um fenômeno multifacetado que ultrapassa os limites da ciência econômica.

Este artigo está estruturado da seguinte forma: a primeira seção apresenta fundamentos teóricos sobre o desenvolvimento econômico regional com foco no papel das exportações; a segunda seção introduz a Teoria Staple e seus desdobramentos. As seções seguintes analisam a evolução econômica da região do Contestado em Santa Catarina, destacando a dinâmica histórica da produção primária, as transformações do território e os padrões de inserção externa. Por fim, apresentam-se as considerações finais.

2 APORTES CONCEITUAIS SOBRE O DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO REGIONAL

Crescimento econômico de uma região pressupõe aproveitar de forma eficiente e racional a alocação dos recursos produtivos disponíveis no espaço visando otimizar a produção de forma competitiva. Regiões que possuem uma vantagem competitiva na produção de alguns bens e serviços, em geral acabam incentivando a exportação do excedente produzido, tendo em vista os efeitos diretos e indiretos no crescimento da economia. Entre os efeitos diretos, podem-se citar a geração de emprego e renda, bem como o aumento do Produto Interno Bruto (PIB) da região. Como efeito indireto as exportações provocam um aumento da eficiência produtiva das

empresas locais, o que gera uma melhor alocação dos recursos produtivos na economia. O desenvolvimento de uma atividade econômica baseada em exportação pode ser explicado pelas teorias que explicam os benefícios do comércio.

Assim sendo, a ciência econômica produziu diversas hipóteses e entendimentos, no que tange ao desenvolvimento econômico de regiões com grande produção e comércio de produtos primários. No início da década de 1950, os economistas argentino Raúl Prebisch e o alemão Hans Singer apresentaram de forma independente, o que ficou conhecida como tese Prebisch-Singer, a qual argumenta que os países da América Latina estavam fadados ao subdesenvolvimento, porque eram majoritariamente produtores e exportadores de produtos primários ou commodities. O ponto principal de sua teoria era a questão da deterioração dos termos de troca que ocorria devido a que o preço dos produtos primários diminui no longo prazo, em relação ao preço dos bens manufaturados que tendiam a aumentar no decorrer do tempo.

Isso porque, os bens manufaturados têm uma elasticidade-renda da demanda maior do que os produtos primários, principalmente os alimentos. Portanto, à medida que a renda aumenta, a demanda por bens manufaturados aumenta mais rapidamente do que a demanda por produtos primários. Além disso, os produtos primários têm uma elasticidade-preço da demanda baixa, visto que são geralmente considerados bens essenciais e não têm muitos substitutos disponíveis no mercado. Logo, uma queda em seus preços tende a reduzir a receita em vez de aumentá-la.

A tese de Prebisch-Singer, conforme Silva, Prado e Torracca (2016, p. 205), “[...] teve grande impacto na formulação de políticas públicas para países em desenvolvimento. Esse resultado foi um dos principais argumentos para a defesa da Política de Substituição de Importações”. Essa tese deu argumentação teórica para que vários países em desenvolvimento não aceitassem a liberalização comercial de produtos manufaturados que o GATT (Acordo Geral de Tarifas e Comércio)³ propunha nas suas rodadas de negociação comercial. Assim, a tese de Prebisch-Singer “[...] justificava uma política de promoção da indústria nos países em desenvolvimento e, ainda, a rejeição de que seria possível sustentar um crescimento de longo prazo baseado exclusivamente na especialização da exportação de produtos primários” (p. 205).

Nesse enquadramento, Hirschman (1958), Seers (1964), e Baldwin (1966), citado por Larrain, Sachs e Warner (2000), argumentam que os efeitos benéficos das “ligações para a frente e para trás” das exportações primárias para o resto da economia seriam pequenos. A ideia básica é que a manufatura, em oposição à produção de commodities, leva a uma divisão do trabalho mais complexa e, portanto, a um padrão de vida mais alto.

A tese Prebisch-Singer recomendava que os países latino americanos buscassem sua industrialização por meio de um prolongado Processo de Substituição de Importações (PSI) mediante barreiras tarifárias e cotas, e foi endossada pela Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (Cepal). O PSI pressupunha um aumento da participação do Estado, ao qual de acordo com Gremaud, Vasconcellos e Toneto Júnior (2007) caberiam quatro funções principais: i. adequação do arcabouço institucional à indústria; ii. geração de infraestrutura

³ O GATT foi criado em 1947 em um contexto pós-Segunda Guerra Mundial, quando os países estavam empenhados em estabelecer instituições internacionais que promovessem a cooperação e a estabilidade econômica na área comercial. Hoje é regido pela Organização Mundial do Comércio (OMC).

básica; iii. fornecimento dos insumos básicos; iv. captação e distribuição de poupança. Isso exigia do Estado uma necessidade de capacidade de planejamento e financiamento crescentes.

Ocorre que essa conformação de industrialização liderada pelo Estado não foi bem sucedida em quase todos os lugares em que foi tentada⁴. Lopes, I., Lopes M. e Barcelos (2007, p. 55) citam que “O Brasil virtualmente usou e abusou dos mecanismos de substituição das importações para uma industrialização artificial e forçada. Desde a década de 1950, por cerca de 4 décadas, um conjunto de políticas consistiu em outorgar maior proteção à indústria, em detrimento da agricultura⁵ [...]”.

No caso do Brasil, a política de substituição de importações ao proteger as indústrias nacionais da concorrência estrangeira, impondo tarifas elevadas sobre bens importados, pode ter levado a uma oferta relativamente inelástica de exportações. Isso teria dificultado produtos brasileiros a competir no mercado internacional, afetando a taxa de câmbio e a balança comercial do país. Além disso, a ênfase na proteção da indústria em detrimento da agricultura de certa forma, impactou na capacidade do país de gerar moeda estrangeira⁶ através de exportações agrícolas.

Do mesmo modo, Ulltveit-Moe (2008) citado por Barca, McCann e Rodríguez-Pose (2012) diz que os auxílios estatais e intervenção industrial usualmente acarretam em desperdício de recursos em indústrias em declínio e grandes projetos ineficientes.

Outra teoria voltada ao efeito exógeno advindo das exportações é a da Base de Exportações. Nas últimas décadas proliferaram pesquisas baseadas nessa teoria, e por consequência, progresso significativo foi feito no aperfeiçoamento do modelo, que tem buscado explicar o crescimento de uma região por meio do exame de suas entradas e saídas. Isso produziu uma melhor teoria e conhecimento do desempenho exportador das empresas. Sabe-se que municípios ou regiões não existem isoladamente; em vez disso, estão sujeitos a fluxos contínuos de bens, ideias, pessoas, produtos e serviços (North, 1955). Portanto, qualquer modelo econômico que busque explicar o crescimento local deve levar em conta esses fluxos em sua explicação das fontes de crescimento.

De fato, o efeito multiplicador do comércio externo é representativo para a dinâmica da economia em uma região, posto que, um aumento das exportações implica um aumento do produto, que por sua vez gera rendimentos que serão utilizados para gastos de consumo e investimentos, os quais, por seu turno, irão potencializar um aumento da produção e assim sucessivamente.

Heaps (2005) cita outro benefício da expansão da atividade econômica exportadora, que é a atração de capital e mão de obra de outras regiões para trabalhar em diferentes setores da economia local. Igualmente, as indústrias acessórias que fornecem serviços especializados para a indústria exportadora podem ser atraídas para a região à medida que o crescimento progride.

⁴Conforme demonstrado por Sachs e Warner (1995) citado por Larrain, Sachs e Warner (2000) em uma análise dos efeitos adversos do protecionismo no crescimento a longo prazo.

⁵O teorema da simetria de Lerner utilizado na teoria do comércio internacional aborda esse tema. A. P. Lerner, 1936. *The Symmetry Between Import and Export Taxes*, *Economica*, N.S., V. 3, N. 1, p. 306-313. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/2549223>.

⁶O teorema de Lerner sugere que isso pode ter influenciado ainda mais a taxa de câmbio e o comércio do país.

Efetivamente, todo o sistema produtivo pode-se beneficiar do desenvolvimento de economias de aglomeração e localização, incluindo possíveis retornos crescentes de escala.

No entanto, complementa Heaps, existem também fatores que podem limitar o crescimento por meio desse processo, como restrições de oferta, falta de mão de obra qualificada ou empreendedorismo. Também, o crescimento das vendas de exportação pode ser limitado pelo aumento dos custos de produção devido à obsolescência da tecnologia ou ao esgotamento da parte mais acessível de um insumo de recurso natural. À vista disso, a teoria da base de exportações é mais aplicável a pequenas regiões, visto que esses territórios podem se especializar na produção de certos bens e serviços e se tornarem especialistas em sua produção e exportação, o que lhes dará uma vantagem competitiva.

3 ECONOMIA DE PRODUTOS BÁSICOS (TEORIA *STAPLE*)

A Teoria *Staple* (de produtos básicos) conforme Drabik (2019) se desenvolveu a partir da história colonial que data dos séculos XVI e XVII, com o estabelecimento da colônia francesa no que hoje é a cidade de Quebec, na província canadense de mesmo nome. Desde o início floresceu uma economia baseada na extração e cultivo de produtos básicos para exportação⁷. A Teoria *Staple* também tem sido aplicada em análises de economias que dependem da exportação de matérias-primas⁸.

A tese da teoria *Staple* foi criada pelos economistas canadenses Harold Innis e W. A. Mackintosh nos anos 1920. Considerando que o Canadá se desenvolveu a partir de uma economia pautada em produtos básicos, os dois economistas divergiram em algumas partes, na medida em que Mackintosh viu uma evolução contínua em direção a uma economia industrializada madura baseada na produção básica, enquanto Innis viu uma tendência para o Canadá ficar de forma permanente preso à dependência de recursos primários (Watkins, 2006).

Innis (1956) citado por Drabik (2022) postulou que, no caso do paradigma canadense de desenvolvimento liderado por produtos *Staple*, com o passar do tempo, recursos crescentes tiveram que ser alocados para exportações de produtos primários, aumentando assim o domínio da produção de commodities na economia local. Howlett e Brownsey (2005) reforçam que esse padrão de crescimento trabalhou, portanto, contra o desenvolvimento das capacidades de manufatura secundária doméstica. Além disso, ao mesmo tempo, o transporte de commodities básicas do ponto de extração para os pontos de exportação exigia um pesado investimento em infraestrutura. Esse quadro ocasionou um desvio de capital de outros setores da economia prendendo a economia baseada em produtos básicos.

Certamente, a forte dependência de commodities não processadas⁹ para exportação, significa conforme Innis (1956) citado por Drabik (2022), uma economia relativamente não diversificada e pouco sofisticada, com um mercado interno subdesenvolvido. Devido à sua natureza, as economias de produtos básicos apresentaram uma grande vulnerabilidade às

⁷ Produtos básicos são bens produzidos a partir de commodities primárias. Pode ser uma mercadoria a granel bruta ou não processada, com exemplos de tais mercadorias sendo madeira, minerais, peixes, trigo e produtos animais.

⁸ Podem incluir commodities primárias e outros materiais, como produtos químicos e componentes eletrônicos. Alguns exemplos de matérias-primas incluem aço, cobre, alumínio, plástico, borracha, papel e celulose.

⁹ Tais como grãos, café, cacau, extração de minérios e óleos combustíveis brutos.

mudanças globais nos preços das commodities. Isso levanta preocupações sobre a capacidade dessa economia de sustentar altas rendas per capita e, portanto, padrões de vida a longo prazo.

Esse padrão de crescimento baseado em commodities lembra o conceito de ‘efeitos cumulativos causais’ de Myrdal (1957), segundo o qual as vantagens iniciais de certos territórios tendem a se intensificar ao longo do tempo, enquanto as regiões mais frágeis enfrentam dificuldades para se integrar às dinâmicas virtuosas do desenvolvimento.”

Outrossim, Heaps (2005) atenta para o fato de que, quando houver necessidade de investimento estrangeiro ou empreendedorismo estrangeiro, pode se desenvolver um enclave exportador que tem poucos efeitos de *spin-offs* para a economia local e que pode inibir a geração de capital local no futuro. Além disso, as empresas exportadoras podem ainda não reinvestir seus lucros na economia local. Tudo isso diminui o impacto das indústrias de produtos básicos no crescimento econômico local.

Embora críticos da teoria *Staple*, argumentem que o desenvolvimento econômico sustentado não possa depender apenas das exportações de produtos básicos e que, portanto, isso prova o insucesso da teoria, a questão é que ela não foi projetada para prever um curso específico de desenvolvimento bem-sucedido para regiões onde as exportações de matérias-primas são importantes. Em vez disso, a teoria foi desenvolvida como uma estrutura analítica para ajudar a explicar a evolução econômica das economias onde as exportações de produtos básicos ou seus subprodutos processados tiveram alguma consequência, e se contribuíram positivamente para o desenvolvimento econômico (Altman, 2022).

Nesse enquadramento, é importante destacar que o desenvolvimento não ocorre de forma equilibrada conforme pontuado por Hirschmann, ou seja, em geral existe um núcleo desenvolvido e uma periferia subdesenvolvida. Hirschmann também introduziu a noção de ligações para trás e para frente, as quais referem-se respectivamente, a atividades econômicas ou indústrias associadas à produção do alimento básico, e ao processamento posterior do alimento básico.

No que se refere às conexões entre o setor de commodities e o setor industrial, Hirschman (1981), citado por Kaplinsky (2011), propõe a existência de três tipos principais de encadeamentos. O primeiro corresponde aos vínculos fiscais, nos quais parte da renda gerada pelas exportações de commodities é apropriada pelo Estado e direcionada ao fomento de setores industriais não necessariamente ligados à atividade exportadora original. Durante o recente boom das commodities, ocorrido entre 2000 e 2010, essa estratégia tornou-se mais viável do que nos períodos em que os termos de troca dos produtos primários eram desfavoráveis.

Cabe destacar que, segundo Kaplinsky (2005), economias fortemente baseadas na exportação de commodities podem cair na armadilha de “crescimento empobrecedor”, uma vez que os ganhos obtidos pela inserção internacional nem sempre se traduzem em melhorias distributivas internas. Isso ocorre porque, além da volatilidade dos preços internacionais, os elos com a indústria local, seja via insumos, consumo ou arrecadação, são frequentemente frágeis, e boa parte dos ganhos é capturada por atores externos ou concentrada em poucos segmentos da economia.

O segundo encadeamento refere-se ao consumo: os rendimentos obtidos com a produção e exportação de mercadorias geram demanda por bens industriais, especialmente aqueles produzidos no mercado doméstico. Contudo, com o avanço da liberalização comercial e a

eliminação de tarifas protecionistas, parte significativa desses fluxos de renda passou a ser direcionada para o consumo de bens importados, reduzindo os efeitos multiplicadores internos.

Por fim, o terceiro encadeamento diz respeito às ligações produtivas: para trás, por meio da demanda por insumos, máquinas e equipamentos necessários à extração e produção das commodities; e para frente, através do processamento e beneficiamento dos produtos primários. Esses vínculos, quando bem estruturados, podem impulsionar a industrialização e agregar valor à produção de base natural, contribuindo para o fortalecimento de cadeias produtivas locais e regionais.

3.1 CONTEXTO ATUAL DA TEORIA *STAPLE* NO ÂMBITO DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL

Uma contribuição à Teoria Staple veio na década de 1970 com Irving Kravis que argumentou que no século 19, algumas histórias de sucesso de crescimento expandiram seu comércio, enquanto outras não. Nesse sentido, Kravis reforçou o argumento que as variáveis do lado da oferta doméstica eram de importância primordial na determinação do crescimento de regiões liderado por exportações nos séculos XIX e XX. Kravis pontua que o coração e a alma do crescimento econômico são internos à economia (lado da oferta), como investimentos em capital humano, capital físico e tecnologia.

O diferencial estaria na forma como esses fatores se relacionam com a economia, e como suas dotações são administradas econômica, social e politicamente. Desta forma, para Kravis, as exportações e a expansão comercial são os “servos” do crescimento, em outras palavras, fornecem apenas um estímulo adicional, não se configurando como os verdadeiros motores do processo de crescimento (Taylor, 2017; Altman, 2022).

Nesse contexto, uma região está sujeita à várias influências externas, as quais impactam de forma ativa no crescimento econômico, desenvolvimento e integração. Para Rolim (2020), o crescimento e o desenvolvimento de uma região estão fortemente condicionados à sua capacidade de se conectar com espaços econômicos mais amplos. Esse processo de integração pode ocorrer por meio de diversos fatores externos, como a demanda por produtos locais, a oportunidade de diversificar a produção para atender mercados externos ou, ainda, pela instalação de grandes empreendimentos viabilizados por investimentos oriundos de fora da região, sejam eles públicos ou privados.

A visão inicial da Teoria *Staple* está relacionada como uma teoria do lado da demanda em que regiões que produzem muitos produtos básicos, pouco podem fazer para afetar seus destinos econômicos, e por consequência, estando sujeitas a fluxos e refluxos de variáveis econômicas e políticas, sobre as quais têm pouco controle. Howlett e Brownsey (2005) citam que a crescente dependência de produtos básicos ampliou o atraso tecnológico do Canadá.

À vista disso, Watkins (1963) citado por Drabik (2019) diz que as economias produtoras de *staples*¹⁰ tendem a desenvolver uma ‘mentalidade exportadora’ inibidora, que resulta na superconcentração de recursos e capital em setores específicos de exportação de commodities, em detrimento da diversificação econômica e da agregação de valor doméstico. Assim, quando se atém o foco pelo lado da demanda, corre-se o risco de se ver um quadro distorcido sobre o papel que as exportações desempenham no processo de crescimento e desenvolvimento econômico.

Estudos recentes da Teoria *Staple* vêm dando ênfase no lado da oferta. Heaps (2005) diz que novas descobertas, novas tecnologias, novos sistemas de transporte podem levar uma região a ter uma vantagem substancial nos mercados de exportação em relação aos concorrentes. Isso pode permitir que a indústria de produtos básicos cresça rapidamente puxando a região junto com ela. Se essa indústria requer insumos intermediários que podem ser produzidos localmente, isso acelerará ainda mais o crescimento regional.

Por outro lado, se a produção de produtos básicos for de capital intensivo, os insumos de capital provavelmente serão importados. Altman (2003) citado por Drabik (2019), diz que a teoria de desenvolvimento econômico *Staple* é do lado da oferta, pela qual a capacidade de crescimento de um país é determinada pela capacidade de seu povo de produzir competitivamente produtos básicos para mercados sobre os quais eles têm pouco controle.

Heaps (2005) enfatiza que, se o crescimento liderado por produtos básicos persistir por tempo suficiente e atrair mão de obra e capital suficientes para a região, os mercados locais podem se tornar grandes o suficiente para atrair mais indústrias secundárias que podem sustentar a economia mesmo após declínios no crescimento liderado por produtos básicos.

Já Altman (2003) argumenta que, a teoria *Staple* é melhor vista como uma teoria de crescimento liderada pelas exportações, que incorpora os lados da oferta (produção e exportação) quanto o lado da demanda (consumo e importação) em sua estrutura de modelagem. Deve articular uma compreensão do lado da oferta, no que se refere a questão da mudança e transferência tecnológica em relação ao processo de exportação de produtos básicos.

Também, o entendimento dos deslocamentos laterais da demanda, haja vista, que esses se referem às alterações na demanda de um produto devido a mudanças em outros produtos relacionados, e das elasticidades¹¹ da oferta e da demanda. Da mesma forma, são de fundamental importância as possíveis ligações (e seus determinantes) que as exportações de alimentos básicos têm com a economia em geral e, portanto, com o processo de crescimento.

¹⁰No escopo da Teoria *Staple*, o termo “staple” designa produtos primários com baixa complexidade produtiva, geralmente oriundos da exploração direta de recursos naturais e voltados predominantemente à exportação. Tais bens, como madeira, minérios, pescado, peles ou culturas agrícolas, desempenham papel central na estruturação inicial das economias periféricas, por meio da atração de capital externo, indução de investimentos em infraestrutura e geração de encadeamentos produtivos para trás e para frente. O conceito tem origem nos estudos de Harold Innis sobre o desenvolvimento regional canadense, e foi posteriormente expandido por outros autores para análises de trajetórias de crescimento baseadas em recursos naturais.

¹¹A elasticidade da demanda e da oferta pode variar de acordo com o contexto específico de cada mercado e cada tipo de produto básico.

Além disso, a teoria *Staple* postula uma relação causal positiva entre a infraestrutura econômica e social de uma região e a extensão em que as exportações de produtos básicos são realizadas e pode afetar positivamente o PIB per capita.

Nesse sentido, é razoável afirmar que para uma região alcançar o desenvolvimento econômico, várias forças econômicas são envolvidas. O modelo de desenvolvimento por meio da teoria de produtos básicos orientados para a exportação fornece uma visão útil para se entender os padrões de desenvolvimento regional, tanto nas regiões atlântica e ocidental do Canadá, como na região catarinense do Contestado. Ambas as regiões ainda mostram desenvolvimento desigual em diferentes partes do seu território. Os núcleos urbanos continuaram a crescer, enquanto as comunidades mais remotas e dependentes da indústria primária no interior lutam para se adaptar às mudanças nas circunstâncias econômicas. Algumas comunidades regionais experimentaram declínio econômico e populacional.

4 DO EXTRATIVISMO AO PROCESSO DE DIVERSIFICAÇÃO ECONÔMICA NO CONTESTADO

O processo de desenvolvimento econômico da região do Contestado¹² conforme aponta Goularti Filho (2002), teve início entre as décadas de 1820 e 1850, impulsionado pela criação de colônias de povoamento formadas por imigrantes. Essas colônias se estabeleceram em áreas estratégicas do território catarinense, especialmente no Vale do Rio do Peixe, no Planalto Norte e na Região Serrana, onde os recursos florestais eram amplamente disponíveis.

Entre os elementos naturais mais explorados, destacava-se a presença abundante do pinheiro-do-paraná (*Araucaria angustifolia*), espécie nativa com alta valorização no mercado internacional. Outro recurso amplamente presente era a erva-mate, igualmente significativa na dinâmica econômica local. A vegetação dominante da região, conhecida como Floresta de Araucária¹³ integra o bioma classificado cientificamente como Floresta Ombrófila Mista (FOM), conforme descreve Brandt (2017).

De acordo com Tokarski (2004), o primeiro ciclo econômico relevante no território do Contestado foi impulsionado pela exploração da erva-mate, a partir de meados da década de 1860. Os amplos ervais nativos da região passaram a ser explorados de forma intensiva, impulsionados pela crescente demanda do mercado internacional. A conclusão da Estrada Dona Francisca, em 1873, durante a segunda metade do século XIX, contribuiu de forma expressiva para dinamizar as atividades de extração e comercialização tanto da erva-mate quanto da madeira, consolidando uma infraestrutura básica para escoamento da produção.

Dados históricos apontam que, no ano de 1900, mais de 4.500 toneladas de erva-mate foram exportadas pelo porto de São Francisco do Sul, com destino principal à Argentina e ao Uruguai. O produto, então conhecido como “ouro verde”, teve papel fundamental no desenvolvimento econômico de Joinville, cidade que despontava como polo industrial

¹² A palavra Contestado define uma área de 47.880 km², limitada ao norte pelos rios Iguaçu e Negro, a Oeste pelos rios Piripiguassu ou Peperiguaçu e Santo Antonio, ao sul pelo Uruguai e a leste pelos limites provisórios que se estabeleceram entre Paraná e Santa Catarina (TJPR, 2022).

¹³ A Araucária possui tronco cilíndrico e reto, suas copas se destacam na paisagem, e chega a viver até 700 anos (Brandt, 2012).

emergente em Santa Catarina. O beneficiamento da erva-mate representava uma das principais atividades econômicas do município no período compreendido entre 1880 e 1895, quando havia cerca de 15 empresas dedicadas à industrialização e comercialização do produto (Tokarski, 2004; Cabral, 1987 citado por Santa Catarina, 2019; Nascimento, 2019).

Com a proclamação da República, houve uma mudança significativa na estrutura fundiária: as terras devolutas passaram a ser propriedade dos estados. A partir disso, muitas dessas áreas foram adquiridas a preços reduzidos por oligarquias regionais e seus aliados políticos. Posteriormente, essas terras foram negociadas com companhias colonizadoras, que estabeleceram diversos núcleos de povoamento ao longo dos vales dos rios do Planalto Norte catarinense, bem como nas bacias dos rios Negro e Iguaçu (Santa Catarina, 2019).

Esse processo atraiu um contingente expressivo de imigrantes europeus. “A população cresceu consideravelmente com a chegada de imigrantes alemães, italianos, poloneses e rutenos, que os povoaram” (Peluso Jr., 1991, p. 77 citado por Santa Catarina, 2019, p. 29), marcando definitivamente a composição étnica e social da região.

A região onde hoje se localizam 62 municípios catarinenses foi palco de um dos mais relevantes movimentos sociais da história brasileira: a Guerra do Contestado¹⁴. Encerrado em 1916, o conflito teve desdobramentos importantes na organização territorial da região. Após o estabelecimento do Acordo de Limites¹⁵, entre os estados do Paraná e de Santa Catarina, observou-se uma intensificação das atividades das companhias colonizadoras, que passaram a fomentar novos núcleos de povoamento.

Nesse cenário, conforme descreve Goulart Filho (2001, p. 40), ocorreu um segundo grande fluxo migratório: “[...] movimento migratório de imigrantes e descendentes provenientes do Rio Grande do Sul, a partir de 1917, em direção ao oeste catarinense, estendendo-se até os anos 50, e que fazia parte das frentes pioneiras de colonização capitalista”. Assim, o avanço das frentes pioneiras, a exploração vegetal e a construção da Estrada de Ferro São Paulo–Rio Grande (EFSPRG) impulsionaram o enraizamento das relações de produção capitalistas no meio-oeste e oeste catarinense (Goulart Filho, 2001).

Nesse processo, as características econômicas das regiões catarinenses passaram a refletir as particularidades de suas origens colonizadoras e de suas especializações produtivas. Eduardo (1974) observa que:

[...] muito mais integrada à economia do Paraná, em todos os sentidos, [a região de Canoinhas] desenvolveu a indústria extrativa do mate e da madeira; as regiões do Vale do Rio do Peixe e do Oeste, ocupadas pelos gaúchos, está por todos os motivos mais ligada à economia rio-grandense (p. 13).

¹⁴Conflito que teve participação da população cabocla da região, representantes do Governo Federal e dos atuais Estados de Santa Catarina e Paraná, entre 1912 e 1916. A guerra foi motivada por múltiplos fatores, notadamente por questões sociais oriundas da falta de regularização da posse das terras dos sertanejos e pela construção da estrada de ferro pela companhia norte-americana Brazil Railway Company.

¹⁵Assinado em 20 de outubro de 1916, com a intermediação do presidente Wenceslau Braz foi assinado no Palácio do Catete, no Rio de Janeiro. Cada estado teve que abrir mão de parte de seus pleitos. A partilha foi considerada favorável aos catarinenses, que ficaram com 28 mil dos cerca de 48 mil quilômetros quadrados da área reivindicada (ALEP, 2016; NDMAIS, 2016).

A construção dessa configuração regional reflete, portanto, tanto a trajetória dos fluxos migratórios quanto as estratégias econômicas implementadas pelas elites locais e pelos agentes externos, em uma dinâmica fortemente marcada por assimetrias políticas, sociais e territoriais.

Conforme analisa Goulart Filho (2001, p. 50), entre a segunda metade da década de 1910 e o final dos anos 1920, o valor das exportações catarinenses registrou um crescimento expressivo, multiplicando-se por seis — tendência que se manteve ao longo da década de 1930. Entre os produtos que impulsionaram a economia regional nesse período, destacavam-se:

- A madeira, cujo volume exportado cresceu mais de 22 vezes. Esse aumento foi atribuído à expansão da colonização no Oeste e no Vale do Rio do Peixe, ao incremento das exportações para a Argentina via Rio Uruguai, ao abastecimento do mercado do Rio de Janeiro e à construção da ferrovia;
- A erva-mate, que apresentou crescimento superior a 13 vezes, impulsionado pela ampliação das exportações para Uruguai e Argentina, além da consolidação do complexo ervateiro no litoral norte catarinense, com a instalação de engenhos de beneficiamento e a construção da ferrovia (Goulart Filho, 2001, p. 50).

Esse cenário, no entanto, passou por alterações significativas com o esgotamento das reservas florestais nativas no Oeste catarinense, o que provocou o declínio das atividades extrativistas da madeira. No caso da erva-mate, cerca de 80% da produção era destinada ao mercado externo, especialmente aos mercados chileno e argentino. A crise econômica internacional deflagrada pela quebra da Bolsa de Nova York, em 1929, teve repercussões diretas sobre esse setor. Segundo Griggs (1974) e Bellani (1991), citados por Goulart Filho (2001) e Nascimento (2019), o governo argentino passou a ocupar a província de Misiones, rica em ervais, reduzindo significativamente sua dependência das importações brasileiras e afetando profundamente a dinâmica regional.

Frente a esse novo contexto, Goulart Filho (2001, p. 59) observa que “A diversificação para o setor alimentício manteve a expansão da renda, evitando uma crise, porém exigia novas relações de trabalho e novos espaços para a sua continua ampliação”.

É importante destacar que, ao contrário das regiões do Planalto Norte e Serrana, onde foram implementadas práticas de reflorestamento, o Oeste catarinense não seguiu a mesma estratégia, o que contribuiu para a reestruturação de sua base econômica. Atualmente, enquanto o Planalto Norte se destaca pelas atividades ligadas aos setores madeireiro, de papel e celulose, o Meio-Oeste e o Oeste concentram-se na agropecuária e na agroindústria. A extração de madeira, que até o final dos anos 1940 constituía o principal recurso econômico do Oeste, cedeu lugar a novas atividades.

A diversificação produtiva regional foi favorecida pela atuação dos imigrantes que se estabeleceram no Oeste catarinense. Esses grupos contribuíram para a formação de uma economia local baseada no comércio e em práticas artesanais típicas de suas culturas de origem, ampliando as alternativas econômicas da região (Goulart Filho, 2001; Miotto, 2008).

Com o declínio das atividades extrativistas tradicionais, a região passou a consolidar novas cadeias produtivas industriais e agroindustriais de maior valor agregado, com forte presença nos setores de carnes suína e de aves, soja e produtos derivados da indústria de base

florestal (Figura 1). Superados os ciclos extrativistas, a região passou a estruturar sua economia com base em atividades industriais e agroindustriais de maior valor agregado.

Figura 1 – Localização geográfica da Região do Contestado em Santa Catarina



Fonte: MapasBlog

Dessa forma, é possível afirmar que tanto o impulso inicial quanto o ritmo de crescimento e consolidação do desenvolvimento econômico regional foram fortemente moldados pela produção e exportação de bens primários. O dinamismo atual, embora marcado por avanços tecnológicos e industrialização em certos segmentos, mantém vínculos estruturais com esse passado extrativista e agroexportador, que ainda configura a base de sustentação econômica de muitos municípios da região.

O crescimento econômico da região do Contestado foi significativamente impulsionado pelo comércio inter-regional e internacional, que desempenhou papel decisivo na dinamização de sua estrutura produtiva. Nesse sentido, a teoria Staple, enquanto uma das variantes do modelo de crescimento liderado pelas exportações, oferece uma chave interpretativa pertinente para compreender a trajetória econômica do território. Durante o período de colonização mais recente, a região possuía abundância relativa de recursos naturais frente à limitada disponibilidade de capital e trabalho, condição que, segundo essa abordagem teórica, configura uma vantagem comparativa inicial.

De acordo com Fogarty (1985), essa vantagem, quando adequadamente explorada, pode constituir a base para um processo de desenvolvimento sustentado, no qual o comércio de exportação funciona como vetor de diversificação econômica e transformação estrutural.

No cenário contemporâneo, os setores de produtos básicos continuam a desempenhar papel central no crescimento da economia regional, com destaque para as atividades vinculadas à produção agropecuária e à cadeia de papel e celulose. Dados divulgados pela Federação das Indústrias do Estado de Santa Catarina (FIESC, 2022) indicam que, em 2020, o setor de papel e celulose gerava aproximadamente 21 mil empregos formais, correspondendo a 2,7% dos postos de trabalho da indústria catarinense.

Os municípios de Três Barras e Caçador se sobressaem nesse segmento, concentrando juntos cerca de 16% do total de trabalhadores do setor em Santa Catarina. No mesmo ano, o Valor Bruto da Produção Industrial (VBPI) do setor alcançou R\$ 9,3 bilhões, o equivalente a 4,4% da indústria geral do estado. Já o Valor da Transformação Industrial (VTI)¹⁶ foi de R\$ 4,1 bilhões. Vale destacar que o grau de industrialização¹⁷ do setor de papel e celulose foi de 44,2% em 2020, patamar superior à média da indústria catarinense, que registrou 39,4%.

Esses dados corroboram a permanência da lógica staple na base produtiva da região do Contestado, ainda que inserida em um contexto mais complexo e industrializado. A persistência de cadeias produtivas estruturadas em torno de recursos naturais evidencia o quanto a trajetória histórica da região continua a moldar suas possibilidades e limites de desenvolvimento econômico.

O setor agropecuário tem desempenhado papel relevante e crescente na economia da região do Contestado. Desde 2010, o Produto Interno Bruto (PIB) do setor¹⁸ apresenta trajetória de expansão contínua, alcançando, em 2019, o montante de R\$ 40,58 bilhões, segundo dados do CEPA/EPAGRI (2022).

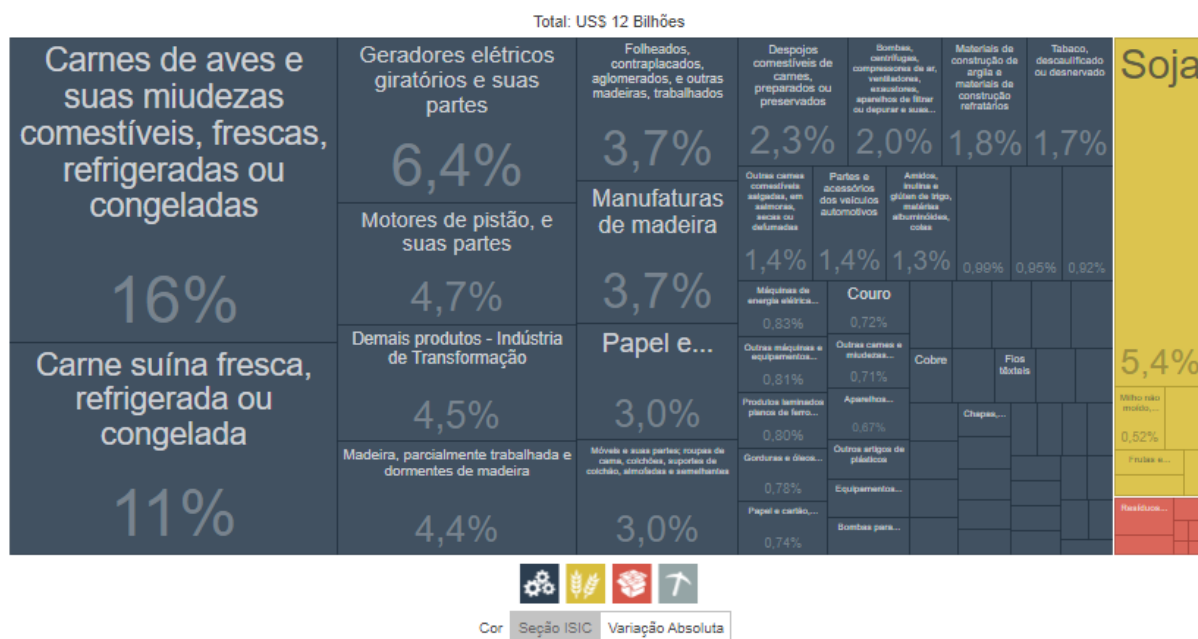
Esse desempenho se reflete na expressiva participação da região nas exportações do estado de Santa Catarina. Em 2022, das vendas externas totais do estado, que somaram US\$ 12 bilhões (Figura 2), destacaram-se produtos originados majoritariamente no território do Contestado, tais como: carnes de aves, com 16% do total exportado; carne suína, com 11%; derivados de madeira, com 17,8%; e soja, com 5,4%.

¹⁶ Leva em conta apenas o valor agregado pela indústria ao processo produtivo.

¹⁷ Medida que representa a parcela do Valor da Transformação Industrial (VTI) em relação ao Valor Bruto da Produção Industrial (VBPI) de um determinado setor. O grau de industrialização mede a proporção da produção industrial de um setor que é gerada através da transformação de matérias-primas em produtos acabados.

¹⁸ O PIB agropecuário é a soma do Valor Adicionado Bruto (VAB) do setor agropecuário acrescido dos impostos.

Figura 2 – Principais produtos exportados por Santa Catarina em 2022



*Variações em relação ao mesmo mês do ano anterior.

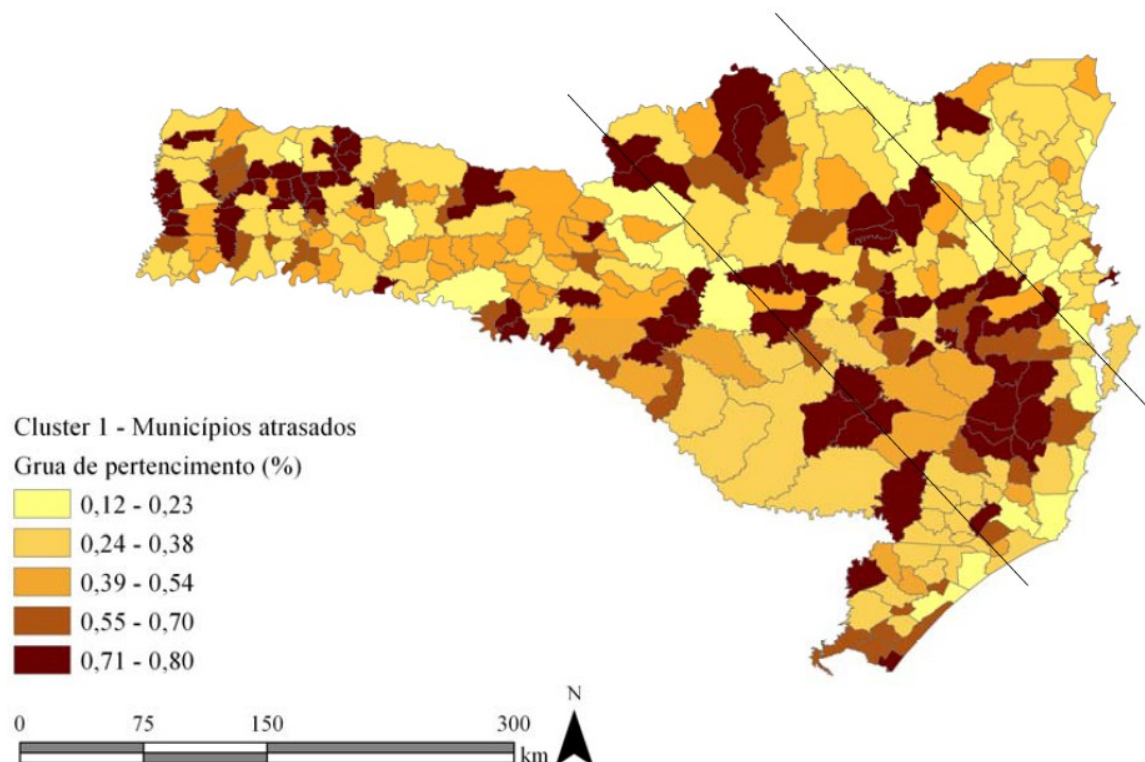
Fonte: Comex Stat (2022)

Esses dados confirmam o peso estrutural da agropecuária e das cadeias vinculadas à produção primária na conformação econômica regional, evidenciando que o modelo de crescimento lastreado em recursos naturais segue exercendo influência significativa no desempenho exportador e na geração de valor no território.

Embora a região do Contestado apresente importantes indicadores de crescimento econômico, esse avanço não ocorre de forma homogênea. Há evidências de que o desenvolvimento regional se manifesta de maneira desigual, concentrando-se em determinados polos enquanto outras áreas permanecem estagnadas. Tavares e Porto Júnior (2008), ao aplicarem a metodologia de agrupamento fuzzy cluster, identificaram a existência de um conjunto expressivo de municípios considerados em situação de atraso socioeconômico.

Na análise apresentada pelos autores, observa-se a presença de um “corredor de pobreza” que atravessa o território catarinense – com destaque para a Região do Contestado – caracterizado por uma série de fragilidades estruturais (Figura 3). Esses municípios, em geral, possuem pequena população (inferior a 6.000 habitantes), infraestrutura urbana precária (com cobertura de serviços básicos como água, esgoto e coleta de lixo inferior a 40% dos domicílios), além de um perfil majoritariamente rural (cerca de 60% da população residindo fora da zona urbana).

Figura 3 – Distribuição dos municípios com baixo desenvolvimento em Santa Catarina (Corredor da Pobreza)



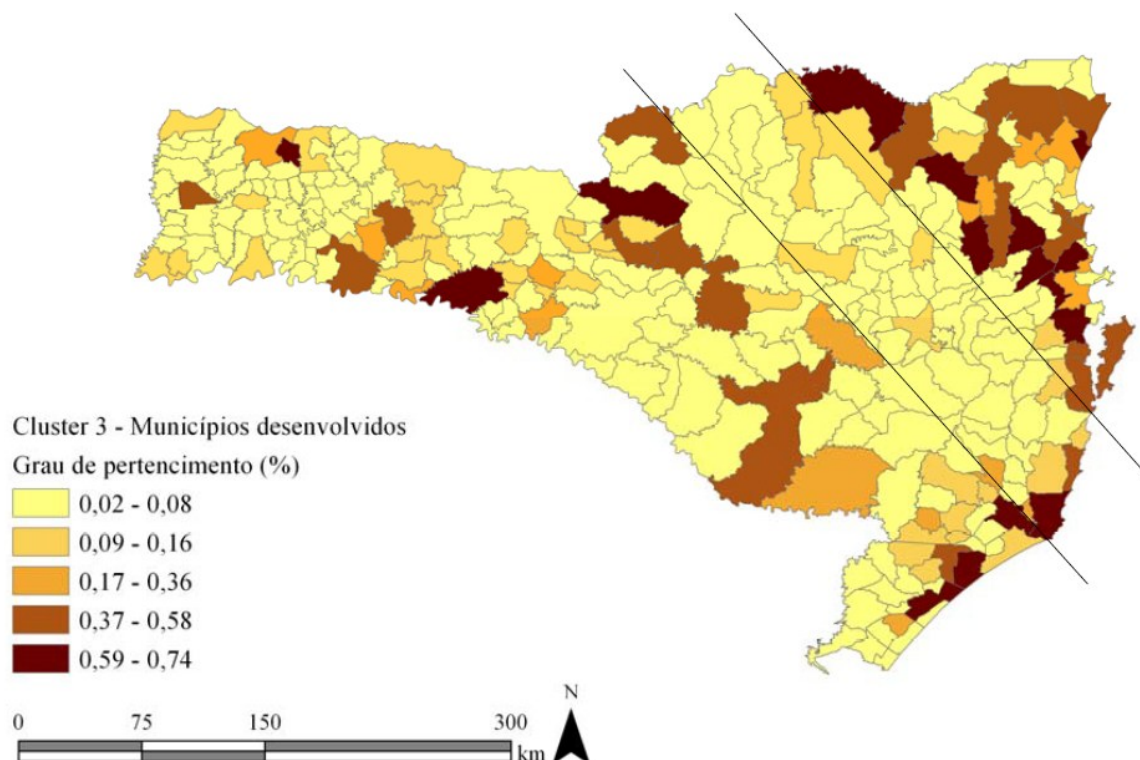
Fonte: Tavares e Porto Júnior (2008)

Essas localidades também apresentam qualidade de vida abaixo da média estadual, Produto Interno Bruto (PIB) per capita aproximadamente 60% inferior à média de Santa Catarina, elevada dependência do Fundo de Participação dos Municípios (FPM) e baixo dinamismo fiscal, com arrecadação de ISS per capita até cinco vezes menor do que a dos municípios mais desenvolvidos do estado.

Observa-se que, a base produtiva da economia regional nos municípios considerados menos desenvolvidos do território do Contestado permanece centrada na produção e exportação de bens primários ou semielaborados. Esses produtos, historicamente associados à vantagem comparativa natural da região, foram responsáveis por impulsionar seu crescimento inicial. No entanto, conforme destaca Parkinson (2016), essa estrutura econômica voltada a staples e dependente de mercados externos tende a gerar distorções na formulação de políticas públicas e deixa essas localidades mais vulneráveis a oscilações conjunturais associadas aos ciclos internacionais de commodities. Além disso, tal volatilidade pode acarretar impactos sociais e políticos que comprometem a construção de um modelo de desenvolvimento sólido e autossustentável.

Por outro lado, os municípios classificados como desenvolvidos, conforme ilustrado na Figura 4, concentram-se majoritariamente no litoral e na região nordeste de Santa Catarina. Esses municípios contrastam fortemente com o “corredor da pobreza” que atravessa o estado, evidenciando uma distribuição territorial desigual do desenvolvimento.

Figura 4 – Distribuição dos municípios com alto desenvolvimento em Santa Catarina



Fonte: Tavares e Porto Júnior (2008)

Entre as características recorrentes nesses polos desenvolvidos estão a expressiva população (com médias superiores a 50.000 habitantes), ampla cobertura de infraestrutura básica – com aproximadamente 90% dos domicílios atendidos por redes de água, esgoto e coleta de resíduos sólidos – elevado grau de urbanização (mais de 80% dos domicílios em áreas urbanas), qualidade de vida significativamente superior à média estadual, baixa dependência de transferências intergovernamentais como o FPM per capita, reduzido endividamento público e a presença consolidada de um setor de serviços dinâmico (Tavares; Porto Júnior, 2008).

Cabe ressaltar que, a produção de riquezas em Santa Catarina manifesta-se de forma concentrada na faixa litorânea, fenômeno que contribui para o aprofundamento das desigualdades regionais. Esse cenário pode ser compreendido à luz da teoria do desenvolvimento desequilibrado de Hirschman (1961), segundo a qual o crescimento econômico tende a se manifestar de maneira assimétrica, tanto entre países quanto entre regiões de um mesmo território. Para o autor, essa assimetria não é um desvio, mas uma característica inerente ao próprio processo de desenvolvimento.

Hirschman argumenta que, em vez de tentar promover o crescimento simultâneo e homogêneo de todos os setores e áreas, a estratégia mais eficaz consiste em fomentar “pontos de desequilíbrio” ou “polos de desenvolvimento”. Como ele expressa, “a desigualdade internacional e inter-regional do crescimento é condição concomitante e inevitável do próprio desenvolvimento” (1961, p. 276). Nesse sentido, o surgimento de polos econômicos concentradores de recursos é compreendido como um estágio necessário e funcional para o avanço econômico. Como complementa o autor: “[...] o progresso econômico não se manifesta em toda parte ao mesmo tempo e, uma vez que aquele surja, forças poderosas promovem a

concentração espacial do desenvolvimento, em volta dos pontos originários iniciais” (Hirschman, 1961, p. 275).

A lógica por trás dessa abordagem reside na alocação estratégica de recursos públicos e privados em setores com maior capacidade de induzir externalidades positivas, como geração de empregos, aumento de renda e fortalecimento de cadeias produtivas locais. Ao invés de dispersar investimentos em setores de baixa produtividade ou limitado dinamismo, Hirschman defende a concentração seletiva como mecanismo catalisador de crescimento em ondas, que se dissemina a partir dos centros dinâmicos para as regiões adjacentes.

Dentro desse contexto, cabe ao Estado o papel de formular políticas públicas e instrumentos de fomento que promovam o reequilíbrio territorial do desenvolvimento. Em Santa Catarina, onde a economia apresenta forte diversificação – com destaque para segmentos como agroindústria, tecnologia, papel e celulose e turismo –, a implementação de incentivos fiscais direcionados e políticas regionais diferenciadas pode contribuir para reduzir as assimetrias internas. Trata-se, portanto, de conjugar a lógica dos polos dinâmicos com estratégias redistributivas que garantam maior coesão econômica e social entre as diferentes regiões do estado.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este artigo procurou apresentar uma análise teórica e empírica do processo de desenvolvimento econômico da região do Contestado, em Santa Catarina, sob a ótica do comércio inter-regional e internacional liderado pela produção de bens nos quais a região detém vantagens comparativas naturais. A discussão esteve fundamentada em aportes da teoria Staple, de origem canadense, adaptada à realidade sul-brasileira, além de outras formulações sobre desigualdades regionais, como a teoria da dependência, a tese Prebisch-Singer e os enfoques de Hirschman. Tais referenciais permitiram refletir criticamente sobre as raízes históricas, as dinâmicas produtivas e as limitações estruturais que ainda marcam o desenvolvimento desigual desse território.

Historicamente ancorada na exploração de recursos naturais abundantes, como madeira e erva-mate, a economia do Contestado desenvolveu-se a partir de ciclos extrativistas voltados à exportação, o que se alinha com os princípios da teoria Staple. Assim, a evolução da produção regional, com foco em bens manufaturados mais elaborados, pode ser atribuída a processos como a industrialização, a urbanização, o esgotamento de recursos naturais e a crescente competição com países de baixos custos de produção.

A análise indica que a região do Contestado ingressa gradualmente em uma fase que se aproxima de uma pós-economia de *staples*, ou seja, uma etapa em que os produtos básicos continuam a desempenhar papel central, mas há também sinais de diversificação produtiva e sofisticação industrial em setores como papel e celulose, agroindústria e derivados florestais. Essa transição, no entanto, não é homogênea, e coexistem no território polos dinâmicos e áreas com desenvolvimento mais lento, configurando um cenário de heterogeneidade regional que exige políticas públicas diferenciadas.

A diversificação econômica, ao incorporar atividades de maior valor agregado, mostra-se estratégica para reduzir a dependência de commodities e aumentar a resiliência regional

frente a choques externos, como crises cambiais, sanitárias ou oscilações nos preços internacionais. Essa diversificação também amplia a base produtiva, fomenta a inovação, gera empregos de maior qualificação e contribui para uma inserção mais competitiva da região no cenário econômico nacional e internacional.

Apesar dessas transformações, é importante destacar que a produção e exportação de bens primários e semiprocessados continuam sendo relevantes para a economia da região, não apenas como fontes de receita e emprego, mas também como vetores de integração com outras regiões e mercados. Esse movimento reforça a interpretação de Hirschman (1961) sobre a concentração do desenvolvimento em polos estratégicos, mas também revela a urgência de políticas públicas que estimulem a descentralização produtiva e a coesão territorial, garantindo uma transição sustentável e equitativa para regiões historicamente periféricas.”

Assim, políticas públicas eficazes devem buscar um equilíbrio entre o fortalecimento dos setores tradicionais e o estímulo a novas vocações produtivas, com ênfase na sustentabilidade ambiental, na inclusão social e na redução das disparidades intra-regionais.

Por fim, a experiência da região do Contestado demonstra que o desenvolvimento regional é um processo historicamente construído, territorialmente ancorado e estruturalmente complexo, exigindo abordagens analíticas que articulem passado e presente, estrutura e agência, economia e sociedade. A teoria Staple, adaptada ao contexto sul-brasileiro, mostra-se um instrumental útil para essa compreensão, sobretudo quando associada a uma leitura crítica das desigualdades persistentes e das oportunidades emergentes no interior do capitalismo contemporâneo.

REFERÊNCIAS

- ALEP – ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ. **Palestras na Assembleia Legislativa destacam os 100 anos do fim da Guerra do Contestado**. Notícias. 20 nov. 2016. Disponível em: <http://www.assembleia.pr.leg.br/comunicacao/noticias/palestras-na-assembleia-legislativa-destacam-os-100-anos-do-fim-da-guerra-do-contestado>. Acesso em: 13 nov. 2022.
- ALTMAN, M. Staple theory and export-led growth: Constructing differential growth. **Australian Economic History Review**, v. 43, p. 230-255, 2003. Doi: <https://doi.org/10.1046/j.1467-8446.2003.00053.x>.
- ALTMAN, M. **Staples and Staple Theory**. História do comércio mundial desde 1450. Encyclopedia.com, 2022. Disponível em: <https://www.encyclopedia.com>. Acesso em: 16 nov. 2022.
- BARCA, F.; MCCANN, P.; RODRIGUEZ-POSE, A. The case for regional development intervention: place-based versus place-neutral approaches. **Journal of Regional Science**, v. 52, n. 1, p. 134-152, 2012. Doi: <https://doi.org/10.1111/j.1467-9787.2011.00756.x>.
- BRANDT, M. Paisagem e uso comum da Floresta Ombrófila Mista pela população cabocla do oeste de Santa Catarina. In: GERHARDT, M., NODARI, E.S., MORETTO, S.P. (eds.). **História ambiental e migrações: Diálogos online**. São Leopoldo: Oikos; editora UFFS,

2017, p. 123-138. Doi: <https://doi.org/10.7476/9788564905689.0009>. Acesso em: 12 nov. 2022.

BRANDT, M. **Uma história ambiental dos campos do planalto de Santa Catarina**. 2012. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, 2012.

DRABIK, R. **The Canadian ‘staples trap’ and its regional development implications**. 2019. Disponível em: <https://medium.com/@sir.drabik/the-canadian-staples-trap-and-its-regional-development-implications-74a53dc7b0c1>. Acesso em: 09 nov 2022.

EDUARDO, R. P. **A madeira em Santa Catarina: 1930-1972**. 1974. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Paraná, Departamento de História. Curitiba, 1974.

EPAGRI/CEPA. **Centro de Socioeconomia e Planejamento Agrícola**. Observatório Agro Catarinense. 2022. Disponível em: <https://www.observatorioagro.sc.gov.br/areas-tematicas/desempenho-agro/paineis>. Acesso em: 13 dez. 2022.

FOGARTY, J. Staples, Super-Staples and the limits of the Staple Theory: The Experiences of Argentina, Australia and Canada compared. In: PLATT, D. C. M; DI TELLA (eds). **Argentina, Australia and Canada: Studies in Comparative Development, 1870-1965**, New York: St Martin Press, 1985.

GOULARTI FILHO, A. A formação econômica de Santa Catarina. **Ensaio FEE**, Porto Alegre, v. 23, n. 2, p. 977-1007, maio 2002.

GOULARTI FILHO, A. **Padrões de crescimento e diferenciação econômica em Santa Catarina**. 2001. Tese (Doutorado), Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Economia. Campinas, SP, 2001.

GREMAUD, A. P.; VASCONCELLOS, M. A. S.; TONETO JÚNIOR, R. **Economia Brasileira Contemporânea**. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2011.

HEAPS, T. **Export base growth theory**. 2005. Disponível em: <https://www.sfu.ca/~heaps/368/EBSTGT.htm>. Acesso em: 10 nov 2022.

HIRSCHMAN, A. O. **Estratégia do desenvolvimento econômico**. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1961.

HOWLETT, M.; BROWNSEY, K. Introduction. In: HOWLETT, Michael; BROWNSEY, Keith. **The Post-Staples State: The Political Economy of Canada's Primary Industries**. Vancouver, Canada: UBC Press, 2005.

KAPLINKSY, R. **Globalization, Poverty and Inequality: Between a Rock and a Hard Place**. Cambridge: Polity, 2005.

KAPLINKSY, R. **Commodities for Industrial Development: Making Linkages Work**. Working Paper. Vienna: United Nations Industrial Development Organization – UNIDO, 2011. Disponível em: <https://europa.eu/capacity4dev/file/8683/download?token=ECW0YnGj>. Acesso em: 08 dez. 2022.

LARRAIN, F. B.; SACHS, J. D.; WARNER, A. A Structural Analysis of Chile's Long-Term Growth: History, Prospects and Policy Implications. **Academic Commons**, Columbia University Libraries, 2000. Disponível em: <https://academiccommons.columbia.edu/doi/10.7916/D8M61RX8>. Acesso em: 07 nov. 2022.

- LOPES, I. V.; LOPES, M. R.; BARCELOS, F. C. Das políticas de substituição de importações à agricultura moderna do Brasil. **Revista de Política Agrícola**, v. 16, p. 52-85, 2007.
- MIOTO, B. T. **Movimentos Migratórios em Santa Catarina no Limiar do Século XXI**. 2008. 85f. Monografia (Graduação em Ciências Econômicas) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2008.
- MYRDAL, G. **Economic Theory and Underdeveloped Regions**. London: Duckworth, 1957.
- NASCIMENTO, T. C. **Por que Joinville é a manchester catarinense?** Três Palavras, 2019.
- NORTH, D. C. Location theory and regional economic growth. **Journal of Political Economy**, v. 63, p. 243–258, 1955.
- PARKINSON, D. **A seismic shift**. The Globe and Mail, 2016. Disponível em: <https://www.theglobeandmail.com/report-on-business/economy/canada-economy-shift-resources/article30715265/>. Acesso em: 10 mar 2023.
- ROLIM, C. F. C. A Universidade nos PALOP: Que Espelho Mirar? Uma discussão tomando como exemplo a disciplina Economia Regional e Urbana, **Cadernos de Estudos Africanos [Online]**, v. 39, 2020. Disponível em: <http://journals.openedition.org/cea/4933>; DOI: <https://doi.org/10.4000/cea.4933>. Acesso em: 25 nov. 2022.
- ROLIM, C. F. C. **Reestruturação produtiva, mundialização e novas territorialidades**: um novo programa para os cursos de Economia Regional e Urbana. Curitiba: UFPR, 1998. (Texto para discussão n. 5).
- SANTA CATARINA. Secretaria de Estado do Desenvolvimento Econômico Sustentável. Diretoria de Desenvolvimento Urbano. **Atlas geográfico de Santa Catarina**: população – fascículo 3. 2. ed. / Santa Catarina. Secretaria de Estado do Desenvolvimento Econômico Sustentável. Diretoria de Desenvolvimento Urbano; Isa de Oliveira Rocha (Org.) – Florianópolis: Ed. da UDESC, 2019.
- SILVA, J. C. A. L.; PRADO, L. C. D.; TORRACCA, J. F. Um novo olhar sobre um Antigo Debate: A tese de Prebisch-Singer é, ainda, válida?. **Economia Aplicada**, v. 20, n. 2, p. 203-226, 2016. Doi: <https://doi.org/10.11606/1413-8050/ea133870>. Acesso em: 12 nov. 2022.
- TAVARES, J. M.; PÔRTO JÚNIOR, S. S. Desigualdades intra e inter-regionais em Santa Catarina: uma análise multivariada. In: Encontro de Economia da Região Sul - ANPEC SUL, 11., 2008, CURITIBA. **Anais [...]**. Curitiba: ANPEC, 2008. Disponível em: http://www.economiaetecnologia.ufpr.br/XI_ANPEC-Sul/artigos_pdf/a2/ANPEC-Sul-A2-06-desigualdades_intra_e_in.pdf. Acesso em: 12 nov. 2022.
- TAYLOR, T. **Trade**: Engine or Handmaiden of Growth? Conversable economist, 2017.
- TOKARSKI, F. A Erva-mate: história, lenda e realidade. **Correio do Norte**, Canoinhas - SC, p. 9, 10 set. 2004.
- WATKINS, M. **Staple Thesis**. The Canadian Encyclopedia. 2006. Disponível em: <https://www.thecanadianencyclopedia.ca/en/artic>. Acesso em: 12 nov. 2022.